

O PROCESSO DE FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE SOURE (PA), ENTRE 1757 E 1900

Sandra Maria Fonseca da Costa
Universidade do Vale do Paraíba
sandra@univap.br

Giovanna Vieira Domiciano
Universidade do Vale do Paraíba
gvd1@gmail.com

Monique Bruna Silva do Carmo
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
moniquebruna@ymail.com

GT – “07”: “Geografia Histórica Urbana”

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre o processo de formação e estruturação da cidade de Soure, Pará, a partir dos principais eventos históricos que possibilitaram o surgimento da aldeia, de sua mudança para vila e sua consolidação como cidade ribeirinha. A pesquisa se baseou em documentos históricos, jornais paraenses, publicados ao longo do século XIX, relatórios de viagem, ensaio, entre outros relatos, que nos permitiram elaborar croquis da cidade de Soure e coletar informações sobre o número de moradores, em diferentes momentos. De aldeia à freguesia de Meninos Deus, a condição de vila e cidade, observa-se que Soure foi estruturada, fortemente, por meio da ação do Estado e da igreja, mas também como resultado de seu clima e da água salgada, consideradas terapêuticas e que conduziram a uma redefinição do desenho urbano.

Palavras-chave: pequena cidade, jesuítas, Estado, clima, água salgada.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil passou por diversos momentos econômicos ao longo dos séculos a partir da expansão marítima de Portugal na América, redesenhando o território conforme a necessidade da atividade explorada. Na região Amazônica as “drogas do sertão” surgem no século XVII, sendo especiarias supervalorizadas no mercado europeu, favorecendo o surgimento de cidades como Belém do Pará e Manaus, para facilitar a exportação dos produtos.

Vale ressaltar que a história desta parte da terra brasílica de modo nenhum se pode escrever sem a dos Jesuítas (d'AZEVEDO, 1901), pois essa colonização portuguesa na região Amazônica resultou no surgimento de diversos núcleos urbanos ribeirinhos, em função da necessidade de explorar a terra e conseguir se deslocar para a capital Belém. Entre os missionários, a competência dos jesuítas se destacava em lidar com os indígenas e eram reconhecidos pela própria Coroa, que, inúmeras vezes, lhes entregou o monopólio dos descimentos e da administração temporal dos aldeamentos (FACHIN, 2010).

Os núcleos urbanos/vilas do Arquipélago do Marajó tiveram um papel importante neste processo, para a expansão e organização de um território pouco explorado, dada a sua localização e dinâmica econômica. Com isso, em meados do século XVII, a atual cidade de Soure surgiu como aldeia, relacionada aos indígenas Maruanazes e Mundis. Ainda no século XVII, com a chegada dos padres de Santo Antônio, o povoado passou a se chamar Aldeia de Menino Deus (BARBOSA, 2012).

No período Pombalino, no século XVIII, foram propostas novas políticas de ocupação do território, alterando o rumo da expansão e organização da região. Pombal expulsou os Jesuítas dessa região, alegando que possuíam exclusividade do ensino das populações por meio da catequese, e que isso poderia ser uma ameaça para o domínio português (AZEVEDO, 1964), visto que os indígenas podiam ser a força dos jesuítas para a tomada de terras.

Assim, a então freguesia de menino Deus, em 1757, foi elevada à categoria de Vila de Soure, que teve sua divisão administrativa inicial forjada pela atuação política do Marquês de Pombal, que enviou para governar o estado do Pará seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que teve uma um dos objetivos criar cidades no interior da Amazônia (BARBOSA, 2012).

Cabe destacar o caráter das cidades na Amazônia, estabelecendo uma diferenciação fundamental entre a análise que se pauta no processo de urbanização e outra, que se centra no seu caráter (VICENTINI, 2004). Sendo assim, com intensas transformações nos padrões de uso e exploração, Becker (2001) comenta que apenas a pouco tempo se desencadeou uma ocupação rápida e sistemática da região – seja por forças nacionais ou internacionais.

À economia da borracha que se deve atribuir o impulso inicial ao desenvolvimento da urbanização na região amazônica, a partir da segunda metade do século XIX (MACHADO, 1999, p. 110). Essa economia canalizou a maior parte dos recursos obtidos com a exploração da seringueira para Belém e Manaus: a criação de municípios, portanto, expressa muito mais a expansão do povoamento em função da extração, do que um enriquecimento das populações locais (TAVARES, 1992, p. 893), o que gerou um povoamento consistente na região.

Dessa forma, estudar a história das cidades proporciona compreender sua formação atual que se relaciona com o seu passado, com fatores que ocasionaram a organização da cidade atual. Faz-se necessário analisar sua história e seu crescimento, pois são situações que condicionam o hoje, definido conforme as singularidades da população do local, visto que o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade das cidades (ABREU, 1998). São períodos em que antigos tempos hegemônicos passam a coexistir e a interagir obrigatoriamente com tempos recém-chegados, tempos novos em busca de hegemonia (SANTOS, 1994: 45-46; ABREU, 1996).

Sendo assim, a cidade, no sentido sociológico, seria "um lugar onde se concentra herança social, e onde as possibilidades de intercâmbio social contínuo e de interação elevam a um potencial mais alto as atividades do homem" (MUMFORD, 1945, p. 270).

Considerando estes aspectos, este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre o processo de formação e estruturação da cidade de Soure, localizada no estado do Pará, a partir da compreensão dos principais eventos históricos que possibilitaram o surgimento da aldeia de Menino Deus, de sua mudança para vila de Soure e sua consolidação como cidade ribeirinha.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da utilização de documentos históricos, tais como: jornais paraenses (Diário de Belém, O Liberal do Pará, Jornal do Pará, Correio Paraense, O Pará, Estado do Pará), publicados ao longo do século XIX; relatórios de viagem do Frei Caetano Brandão, bispo do Pará”, que aconteceu entre os anos de 1784 a 1788; “Ensaio Corográfico Sobre a Província do Pará”, publicado em 1839; a publicação “Notícia histórica da Ilha de Joannes ou Marajó”, de Ferreira Penna (1876); “Apontamentos para o Dicionário

Geographico do Brazil”, de Alfredo Moreira, de 1899. Apesar destas fontes serem relatos, baseados na percepção individual, nos ajudam a construir a imagem da cidade de Soure, no século XIX, para nos dar direcionamento para análises de dinâmica espacial, na contemporaneidade. Esse caminho metodológico, para a construção de informações históricas, é indicado por Vasconcelos (2010, p. 149), quando menciona que “a falta de dados estatísticos em intervalos regulares, como o dos censos (eclesiásticos ou governamentais), que são normalmente precários, raramente disponíveis para o conjunto das subdivisões das cidades”.

As informações coletadas nestas fontes permitiram construir croquis da cidade de Soure e informações sobre o número de moradores, em diferentes momentos do século XIX. Os croquis foram construídos para compreendermos a relação entre processo histórico e singularidade da pequena cidade da Amazônia. A história e os processos urbanos são possíveis de serem entendidos a partir da análise cartográfica das cidades e suas múltiplas formas. É por meio da cartografia geo-histórica que se compreende o passado urbano das cidades.

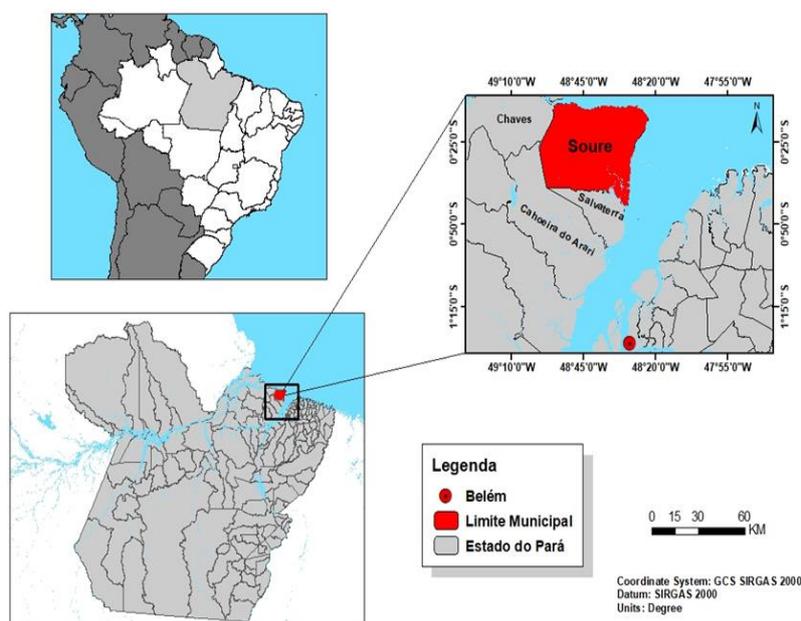
Para nos ajudar a construir uma discussão conceitual sobre geografia histórica e a formação de Soure, foram consultados livros, capítulos de livro e artigos, que discutem os temas: geografia histórica, processo de ocupação da Amazônia e da Ilha de Marajó, período Pombalino da história, as ordens religiosas, que ocuparam o Brasil, no período colonial, entre outros temas.

Neste aspecto, esta orientação metodológica nos permitiu examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade, como o Estado, a Igreja, os Agentes Econômicos, os diferentes estratos da população (VASCONCELOS, 2010, p. 155). Os agentes, são aqueles que interferem diretamente na produção do espaço por meio de suas práticas que ao longo dos anos estruturam a materialidade temporária ou permanentemente do espaço físico.

3. A CIDADE DE SOURE: LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

A cidade de Soure está localizada no estado do Pará (Figura 1), sendo que seu nome foi dado pelos primeiros colonizadores portugueses, oriundos de uma antiga vila de Concilia, do Distrito de Coimbra (BARBOSA, 2012), tendo sido elevada, em 20 de janeiro de 1847, à categoria de cidade. Está situada a 80 km da capital do estado, Belém. Se localiza na região nordeste da Ilha do Marajó, no Norte do Brasil. O município possui uma área total de 3.512,863 km², uma população total de 23 mil habitantes, e em torno de 21 mil habitantes vivendo na área urbana (IBGE, 2011).

Figura 1 - Localização do município de Soure, Pará



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

O município pertence à região geográfica de Soure-Salvaterra, com limite entre a Baía de Marajó e o Rio Paracauari, apresenta uma grande riqueza em beleza patrimonial e natural. Destaca-se a presença dos búfalos, que são encontrados nas ruas, e utilizados como meio de transporte.

4. AS ORDENS RELIGIOSAS E A FORMAÇÃO DAS VILAS, NA ILHA DE JOANNES (PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ)

De acordo com Abreu (1998, p.79), a globalização permitiu uma “homogeneização do espaço global”, ou seja, contribuiu para que haja uma aproximação visual entre os lugares, tendo contribuído para que os lugares tenham ficado muito parecidos. Entretanto, o autor

ressalta que também este processo tem estimulado aos lugares a busca por uma individualidade que os diferenciam dos demais, por meio da busca de suas singularidades. Neste aspecto,

o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em instituições de memória, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar, então, que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado (ABREU, 1998, p. 79).

Abreu (1998) explica que, em função desta busca, o passado das cidades foi revalorizado, sendo a memória urbana um elemento fundamental para a compreensão desse passado. Nesta busca, as “memórias coletivas se eternizam muito mais em registros, em documentos”, do que na paisagem, e, assim, estes documentos transformam a memória coletiva e a memória histórica e preservam a memória das cidades (ABREU, 1998, p.85). Para o autor, a cidade é um dos lugares no qual essas memórias são mais resistentes, porque liga os indivíduos, famílias e grupos sociais. Assim, nestes lugares, coexistem “em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas” (ABREU, 1998, p. 86).

é através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas do espaço ou em documento), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade (ABREU, 1998, p. 87).

Nesta linha de raciocínio, Rolnik (1992, p. 28) comenta que a cidade produz e contém documentos, ordens, inventários, e que essas informações contribuem para a compreensão do seu processo de formação. “A arquitetura urbana também cumpre este papel de escrita, de texto que se lê da mesma maneira que se lê em um processo, um relato de um viajante” (idem).

Considerando estas discussões, esta seção apresenta os resultados relacionados ao processo de ocupação da Ilha de Marajó, a formação da vila de Soure e as principais

características desta vila, no final do século XIX e início do século XX, as quais marcaram a cidade e estabeleceram uma economia local, vinculada ao turismo e à produção bubalina.

No processo de ocupação da Amazônia, o governo português foi criando cidades e vilas, para garantir a posse do território e, ao mesmo tempo, proteger a nova colônia de possíveis invasões. Esse processo ocorreu, primeiro, ao longo do litoral e, depois, nas margens dos rios (ABREU, 1997).

Segundo Abreu (1997, p. 276), com a Conquista Portuguesa, foram transplantados para o Brasil os costumes da metrópole de controle territorial, dentre as quais, sobressaíram “a adoção de um sistema municipalista de base urbana e de raízes romanas, cujas manifestações materiais foram o arraial ou o povoado, a vila e a cidade”. Dentre esses, apenas o arraial teve origem espontânea; os demais surgiram sempre da ação direta ou indireta do Estado. O autor explica que as vilas eram criadas por decisão de donatários e governadores, ou por ordem real e a criação de cidades, por outro lado, sempre foi um atributo exclusivo da Coroa (idem).

Essa situação ocorreu na Ilha de Marajó, então conhecida como Ilha de Joannes. A Ilha, em seus primórdios, era ocupada por nativos. Ibáñez-Bonillo (2019, p. 6) afirma que há um registro de ocupação da Ilha há milhares de anos, sendo a cultura marajoara a expressão mais complexa dessa tradição. Duas de suas características mais impressionantes são os montes de terra usados para lidar com as inundações sazonais e a bela cerâmica funerária.

Amorim (2005, p.88) explica que um dos mecanismos de ocupação desta região foi a instalação de distritos missionários. Em 19 de Março de 1693, a Carta Régia de D. Pedro II regulamentou a administração dos índios, nativos, por zonas geográficas: “a repartição das missões da vasta Amazônia pelos vários institutos religiosos que lá operavam (Carta Régia de D. Pedro II)”. Amorim ainda afirma que

Houve uma divisão do território, de acordo com as diferentes ordens. Cada aldeia ou missão teve o seu desenvolvimento próprio e muitas constituíram-se como centros populacionais que irradiaram, transformando-se em vilas e cidades. Segundo Baena, em 1655, André Vidal de Negreiros teria proposto a mudança de Belém para a Aldeia dos Aruãs, à embocadura do Rio Paracauari ou Igarapé Grande, na Ilha de Joanes (AMORIM, 2005, p. 92).

A citação anterior demonstra a importância econômica destas aldeias, fortemente vinculada à produção de gado vacum¹. Apesar de não ser o foco deste artigo, entretanto, sabe-se que a produção de gado era intensa. Essas aldeias alimentavam os moradores das cidades estabelecidas, como Belém, com carne considerada de ótima qualidade. O Período Pombalino, quando instituído, mudou as relações da Coroa com as ordens religiosas e causou mudanças na Amazônia, principalmente em relação ao legado urbano.

O Período Pombalino, de 1750-1777, instaurado pelo Marquês de Pombal², estabeleceu projetos reformistas “que iam contra o antigo papel desempenhado pela Companhia de Jesus, na América portuguesa. O estado do Grão-Pará e Maranhão foi escolhido para ensaiar algumas das medidas típicas da Era Pombalina” (GLIELMO, 2020, p.16). Ibáñez-Bonillo (2019, p. 8) menciona que, a partir de 1757, a administração das missões mudou de mãos, após a aplicação do Diretório Pombalino, disposição régia que visava assegurar a civilização e integração das populações indígenas ao projeto colonial, assumindo que o período missionário havia sido um fracasso em ambos os aspectos. O autor afirma que foi nomeado um diretor para cada uma das novas aldeias e as missões do norte foram renomeadas com um topônimo português, como o foi o caso da aldeia dos Maruanazes³, onde hoje se assenta a cidade de Soure, na Ilha do Marajó.

FERREIRA (1783, p. 52 e 56) corrobora com esta passagem, ao afirmar que

Haviam, finalmente, administrado em um e outro foro as povoações os mencionados missionários, cuja administração é que mandava Sua Majestade abolir pelo alvará com força de lei de 7 de junho de 1755.

Pôs-se em execução o alvará, nomearam-se as justiças para o governo temporal, na forma da lei que regula as criações das povoações; ficaram incumbidos do espiritual os mesmos missionários, sujeitos, porém, ao Exmo.

¹ Menção a esta passagem também é realizada por Carvalho Jr (2009, p. 25) e Ferreira (1783, p. 52).

² O Marquês Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, também Conde de Oeiras, foi um nobre, diplomata e estadista português, durante o reinado de D. José I, que promoveu mudanças em Portugal e em seu reino. Seu irmão, Francisco Mendonça Furtado, foi nomeado governador da província do Grão-Pará para realizar modificações na estrutura do Estado, entre elas a criação de vilas no interior da floresta, para colonizar a Amazônia (GLIELMO, 2010, p. 97).

³ Segundo Amorim (2005, p. 92), outras “aldeias dos missionários capuchos foram erigidas em vilas no século XVIII, como são o caso de: Chaves, criada em 1758, na costa setentrional da Ilha do Marajó, antiga missão dos índios Aruãs; Monsarás, criada em 1757, antiga Aldeia do Caiá; Monforte, elevada em 1757, antiga Aldeia de Joanes; Salvaterra, criada em 1757 dos índios Sacacas; Soure, de 1757, dos Maruanazes”.

Bispo, D. Fr. Miguel de Bulhões, que lhes passou as provisões de vigários e, desde esta época, verdadeiramente grande para as cousas do Marajó, tudo levou àquela revolução que necessitava. De aldeias, passaram a **vilas as povoações que mais o mereciam** (grifo nosso). Os mesmos nomes foram mudados e, por estes substituídos outros que ditou o Exmo. General. A aldeia de Joanes da administração dos padres de Santo Antônio, passou a vila de Monforte; a aldeia de Caiá, da administração dos padres de São Boaventura, passou a vila de Monsarás; a da Conceição, dos mesmos padres, tomou o nome de vila de Salvaterra; a do Menino Jesus, dos padres de Santo Antônio, o de vila de Soure; a de São José, dos mesmos padres, o de lugar de Mondim; a aldeia da Doutrina, no rio Maruacá, que era da administração dos padres de São Boaventura, o de lugar de Condeixa; a aldeia dos Guaianases, dos mesmos padres, o de lugar de Vilar; a aldeia das Mangabeiras, também dos mesmos padres, o de lugar de Ponta de Pedra.

[...] Uma coisa não mudou no meio desta revolução geral, que foi em cada Povoação a invocação da Igreja; ficaram todas sendo as mesmas que tinham quando Aldeias.

Segundo o autor, as povoações que mereciam foram erigidas à condição de vila, ou seja, a aldeia de Santo Antônio, administrada pelos capuchos, “merecia” esta condição de vila, muito em função da sua importância na produção de carne e pescado. Outro aspecto a ser ressaltado é o nome que lhe foi atribuído. Vila de Soure, como mencionado, é toponímia de uma cidade portuguesa, ou seja, receber o nome também é sinal da consideração que existia por esta localidade.

A partir destes relatos, é possível afirmar que, no caso do surgimento da aldeia de Menino Deus e sua ereção à condição de Vila de Soure, as participações de dois agentes estruturadores do espaço urbano foram fundamentais neste processo: o Estado, na figura da Coroa Portuguesa e a Igreja, representada pelas ordens religiosas. Nesta direção, Vasconcelos (2010) faz uma explanação sobre os agentes, ou pessoas físicas ou jurídicas, mais importantes que participaram, direta ou indiretamente, no processo de configuração da cidade colonial.

“O Estado, sobretudo no seu nível superior, a Coroa Portuguesa, teve um papel fundamental na fundação e implantação das primeiras vilas e cidades brasileiras. [...].

Assim como o Estado, a Igreja teve um papel determinante na estrutura das cidades brasileiras no passado. [...].

O clero regular era formado pelas ordens religiosas, masculinas e femininas. Inicialmente as primeiras ordens que chegaram na América Portuguesa tinham objetivo missionários. [...].

Podemos destacar a ordem dos Jesuítas, a mais importante do período colonial. Ela recebeu imensas sesmarias e terras urbanas, assim como engenhos, fazendas e escravaria. (VASCONCELOS, 2010, p. 10 e 17).

Portanto, o Estado e a Igreja se apresentam como os principais agentes modeladores da cidade de Soure, no período colonial e imperial.

No final do século XVIII, a vila de Soure era uma localidade muito pequena, não possuía cadeia e nem tampouco prédio da intendência. Ferreira (1783, p. 54) menciona a existência de câmara, ao explicar que “Têm todas as vilas a sua câmara, a que são sujeitos os lugares”. De acordo com relatos antigos, a 1ª capela da aldeia de Menino Deus foi construída pelos capuchos, onde hoje está localizada a capela de São José do Mundis, em endereço na rua cinco: “No ano de 1663, os agostinianos construíram a atual Capela de São José, no bairro de São Pedro, próximo ao local onde os padres Carmelitas haviam construído a 1ª capela, em 1696” (MELO; SANTOS, 2019, p. 11). Neste local, teria sido iniciada a aldeia de Menino Deus, a qual foi elevada à condição de vila em 1757. Na Figura 2, pode-se observar a localização aproximada da capela e o local onde teria se iniciado a aldeia.

No ano de 1813, foi publicado, no Jornal de Coimbra, vol. 4, nº 18, uma parte dos “Diários das Visitas Pastorais do Exmo. D. Fr. Caetano Brandão, no seu Bispado do Pará”, que aconteceu entre os anos de 1784 a 1788, referente à visita do Frei Caetano à ilha de Marajó (JORNAL DE COIMBRA, 1813, p.105-140). Neste relato, o Frei descreve as características principais das vilas visitadas. Em seu trajeto, o Frei entra na Ilha pela vila de Soure, sobre a qual faz o seguinte relato:

As casas de Soure estão cobertas de Telha e tanto estas, como as de Mondim, se achão caidinhas, e com aceio. As igrejas são menos más, sem maior ornato, mas limpas, e tem as alfaias, e ornamentos precisos; excepto o Sino de Soure, que logo mandavão fundir. Estas duas Povoações apenas contarão 300 Indios; porém tem varios moradores brancos, que com os escravos

fazem grande número: são muito fartas de peixe, e de carne de vaca da melhor, que há em todo Estado (JORNAL DE COIMBRA, 1813, p.119).

Figura 2 – Localização da Aldeia de Menino Deus, em 1696.



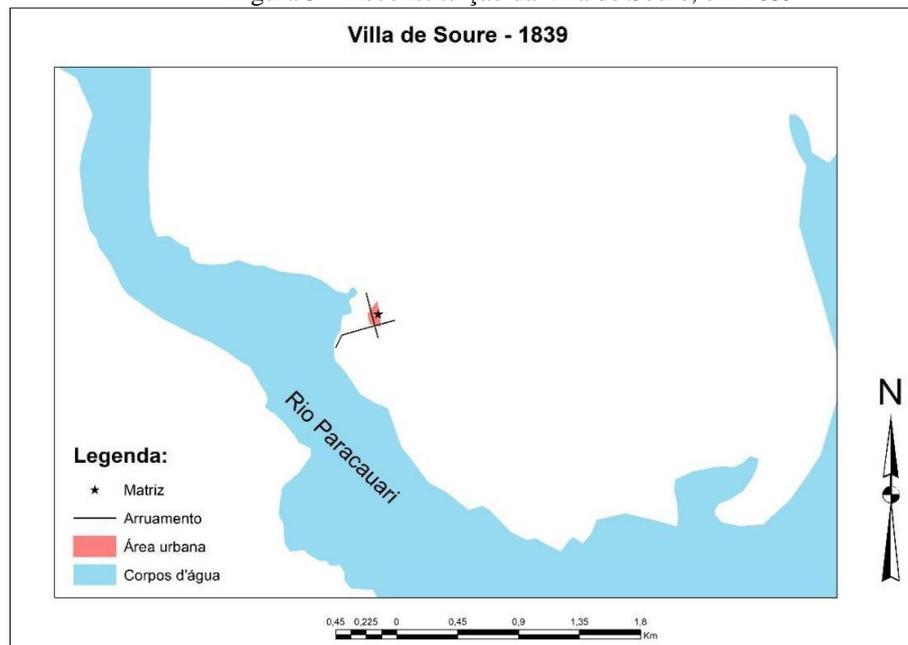
Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de relatos extraídos de Melo e Santos (2009).

Em 1839, Baena (1839, p. 280), no "ENSAIO COROGRAFICO SOBRE A PROVINCIA DO PARÁ", descreve a vila de Soure, como demonstra o texto, a seguir:

Soure: vila criada em 1757 e situada na margem oriental do rio Paracauari, meia légua arredada para cima da vila de Salvaterra, da qual é vista. Foi Aldeia dos Maruanazes. Compõe-se de 42 casas telhadas. Tem 316 vizinhos dos quais 26 são brancos, 44 indianos, 83 mamelucos, 40 mulatos, 7 curibocas, 11 cafuzos e 155 escravos. A igreja é dedicada ao Menino Deus, e tolerável.

Uma das informações coletadas, explica que as casas se concentravam em torno da praça, o que inferimos ser a praça onde se localizava e ainda se localiza a igreja matriz. Com estes dados, foi possível construir o croqui, apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Reconstituição da Vila de Soure, em 1839



Fonte: elaborado pelos autores, a partir da descrição de Baena (1839).

Mostrando-se uma vila próspera, Soure é lembrada nos jornais da época, em matérias simples, que versam sobre a preferência da população pelo lugar, em função do seu bom clima e por causa dos banhos de água salgada, vistos como saudáveis e terapêuticos, no caso de algumas doenças, como o beribéri⁴. Um desses relatos é realizado por Ferreira Penna (1876), em “Notícia histórica da Ilha de Joannes ou Marajó”, um relatório sobre a Ilha de Marajó, que foi publicado pelo Jornal Diário de Belém, em 13 de fevereiro de 1876, apresentado na Figura 4.

Observa-se que a vila possuía em torno de 250 a 280 habitantes, 3 escolas primárias, casas bem construídas, estado sanitário satisfatório (seja lá o que isso significasse), um porto protegido e um clima saudável. A economia do município girava em torno da criação de gado vacum. O fato de existir uma linha mensal de navegação a vapor, que ligava Soure à Belém, capital da província, era indicador de sua importância. Em vários anúncios de jornais daquela época é ressaltado a importância da manutenção desta linha, considerando a procura da

⁴ Nota sobre os banhos salgados terapêuticos

população da capital pela qualidade de seu clima e as propriedades terapêuticas de suas águas salgadas.

Figura 4 – Descrição da Vila de Soure, em 1876, por Ferreira Penna.

Soure. — Villa situada à margem esquerda do Igarapé-Grande, cerca de 2 milhas acima da foz d'este rio que banha-se na costa oriental da ilha; 250 a 280 habitantes;

3 escolas de ensino primario, sendo uma nocturna, bom numero de casas entre as quizes algumas bem construidas; igreja matriz muito acanhada e pouco conveniente; estado sanitario satisfactorio, clima saudavel, grande abundancia de excellentes peixes do mar, durante o verão (de setembro a janeiro), porto abrigado e bons lugares para banhos.

O municipio de Soure compõe-se geralmente de campos e por isso é a industria principal dos seus habitantes a criação de gado vacum em grande escala, para o qual ha grandes fazendas. A agricultura está em abandono, embora haja terrenos proprios para a lavoura.

Entre a capital e Soure, ha uma linha mensal de navegação a vapor, em cumprimento do contrato da companhia do Amazonas com o Governo da Provincia para o transporte de mala e para comunicação regulares entre os dois polos da linha.

Pequenas e grandes canoas navegam entre Soure e as fazendas existentes ao longo das margens do Igarapé-Grande.

O municipio conta 2,792 moradores e tem, para instrução da infancia 6 escolas em que estão inscriptos 91 alumnos e 49 alumnas. A freguezia de Salvaterra está comprehendida n'esta estatistica.

Soure foi uma antiga Aldéa dos indios Maráuanás, da raça Aryan, missionados pelos padres do Santo Antonio até o anno de 1757 em que o capitão-general do Pará deu à aldéa a categoria de villa, — titulo que o governo da provincia em conselho cassou em 1833, e que em 1847 lhe foi restituído com o mesmo nome de Soure por uma lei provincial.

Fonte: Ferreira Penna (1879).

No jornal Diário de Belém (1885, p.3), foi publicada uma notícia sobre a Villa de Soure, em um tom de questionamento sobre os resultados do recenseamento que tinha sido executado. Entretanto, o que chama atenção é a descrição da vila, com a menção de suas ruas e travessas, além do número de residências existentes, Figura 5.

De acordo com a matéria, em 1885, a vila de Soure possuía 915 moradores, 170 casas com diferentes tipos de cobertura e materiais, uma igreja (Matriz de Menino Deus), uma capela (de São José do Mundis). As construções se concentravam em torno de uma praça, provavelmente a praça da matriz, e ao longo das quatro ruas e sete travessas. Chama atenção o pequeno comércio, que atendia aos moradores: duas padarias, um açougue, duas hospedarias, sete tabernas, uma quitanda e uma barbearia. Esses serviços atendiam também uma demanda de moradores de outras localidades, que buscavam a vila para repouso,

restabelecimento da saúde e tratamento médico. A espacialização dessas informações, sobre a situação da vila, em 1885, pode ser observada na Figura 6.

Figura 5 – Matéria sobre a Villa de Soure, publicada pelo Diário de Belém, em 1885.

A VILLA DE SOURE

De um trabalho ultimamente organizado em Soure, extrahimos a parte resumida do recenseamento da população ali existente.

A villa de Soure, situada na ilha de Marajó, ao entrar da foz do rio Paracuary, ou Igarapé-grande, sobre a margem esquerda, em frente a freguezia de Salvaterra, assentada sobre a margem opposta, contém, ao presente: uma igreja, (a matriz) uma capella, 101 casas de telhas, 7 ditas em construção, 62 casas de palha; ao tudo 170 casas construidas em uma praça, 4 ruas de cerca de 300 braças de estenção com 16 a 18 braças de largura cada uma, e 8 travessas de 9 a 10 braças de largura.

As ruas são: Duque de Caxias, d. Pedro II, Visconde do Rio Branco e General Gurjão; as travessas: S. José, Sete de Setembro, Menino Deus, Siqueira Mendes, Cotegipe, 15 de Agosto, Nazareth e Espirito-Santo.

Funcionam 2 escolas publicas e 2 particulares para meninos e meninas.

Existem actualmente na villa 2 padarias, 1 açougue, 2 hospedarias, 7 tabernas, 3 lojas tabernas, 1 quitanda, 1 barbearia e 2 bilhares.

Uma olaria, estabel-eida ultimamente na distancia approximada de uma legua, fornece já parte dos materiais para as edificações desta villa, que se desenvolve com rapido progresso devido a causas bem conhecidas.

Por um rigoroso arrolamento se reconheceu existir na presente data, na villa, a população seguinte:

Com residencia permanente:	
maiores de 13 annos.....	537
menores de 13 ".....	378
	915
Da capital e outros logares, residindo temporariamente.....	206
Total.....	1.121

Nota.— Entre os habitantes existam enfermas, por occasião do arrolamento, somente 2 pessoas vindas da capital já nesse estado.

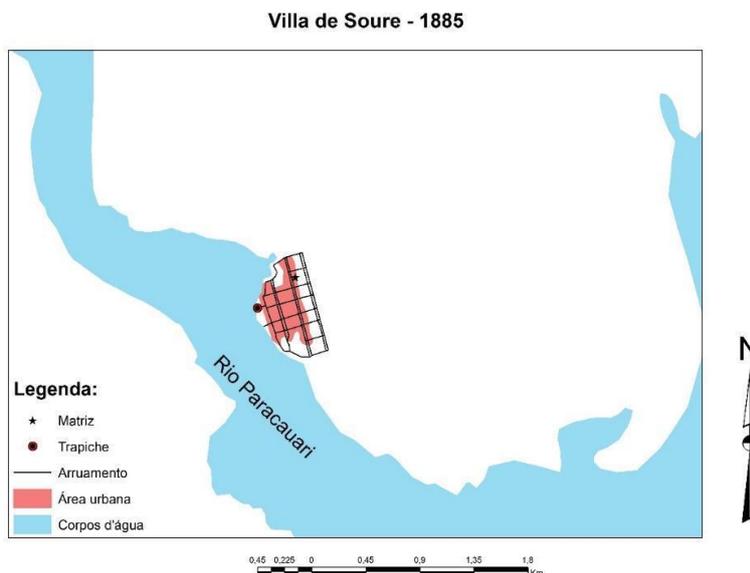
Em 8 de dezembro de 1885.

Fonte: Diário de Belém (1885, p. 3).

Soure era conhecida não apenas por suas belas praias, mas também por seu clima agradável e pelos banhos salgados, que tinham propriedades terapêuticas. Hipócrates (apud CAIRUS, 2005, p.99) afirmava, na antiguidade clássica, que as águas salgadas, apesar de não serem boas para consumo humano, atuavam sobre algumas enfermidades. Assim, a Vila de Soure era muito procurada, por moradores da região, para este fim, como demonstram algumas notas de jornais, publicadas entre 1868 e 1892, apresentadas na figura 7. Nestas notas, fala-se em “tratamento de saúde na villa de Soure”. Em outros recortes de jornais, como os apresentados na figura 8, referentes à abertura do Hotel de Soure, em 1885, ressalta-se a

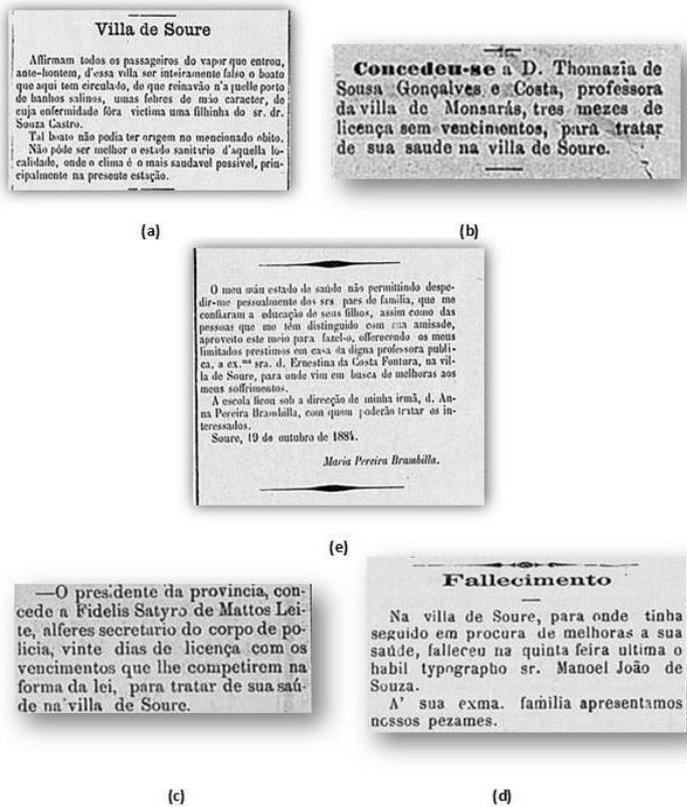
relevância de um estabelecimento como este, tão importante para aqueles que procuravam Soure, para descanso ou para tratamento de saúde.

Figura 6 – Croqui da vila de Soure, em 1885



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir das informações publicadas pelo Diário de Belém (1885, p. 3).

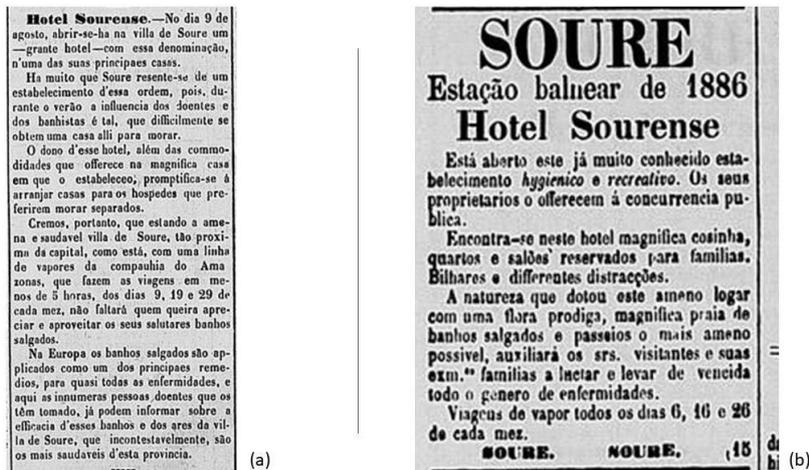
Figura 7 – Diferentes notas de jornais, sobre a importância da Vila de Soure para tratamento de saúde.



Fonte: (a) Diário de Belém (1884, p. 2); (b) O Liberal do Pará (1878, p. 1); (c) Jornal do Pará (1868, p. 1); (d) Correio Paraense (1892, p. 2); (e) Diário de Belém (1884, p. 3).

figura 8

Figura 8 – Matérias, publicadas em diferentes jornais, sobre a inauguração do Hotel de Soure, em 1885.



Fonte: (a) O Liberal do Pará (1885, p. 2); (b) Diário de Belém (1886, p. 4).

No final do século XIX, e início do século XX, A vila/cidade de Soure continuava a ser ressaltada como importante lugar para temporada de recreio e repouso, principalmente para a população da capital do estado, Belém. No Álbum do Pará, publicado ao final do Governo de Augusto Montenegro (PARÁ, 1908, p.134) há menção às características terapêuticas da então cidade de Soure, ao citar que Soure “É a cidade preferida para vilegiaturas, pela situação aprazível, excelente clima e magníficos banhos”.

MOREIRA PINTO (1899, p.558-559) apresentou uma descrição da cidade de Soure, que demonstra a sua importância, no contexto regional:

[...] tem umas 80 casas de Telha, 20 a 30 casas de palha, 2 igrejas e uma boa ponte pública onde atracam navios de grande calado. Suas ruas são largas e direitas e as casas bem construídas. Nos meses de verão a população de Belém procura essa cidade por causa do seu clima saudável e dos banhos salgados. (...). A indústria da criação de gado constitui a riqueza do município. Calcula-se em 70.000 o número do gado vaccum. [...]. A população do município é avaliada em 6000 Almas.

O fato da cidade de Soure ser, praticamente, uma estância turística, ainda no final do século XIX, fez com que a cidade recebesse atenção especial do governo. Um evento, não comprovado com documentos, entretanto mencionado em alguns textos, é a execução do plano de expansão da cidade, conduzido por Aarão Reis, no final do século XIX. Ventura e

Moura (2021, p.5) comentam que “Aarão Reis, nascido em Belém, no ano de 1853, e graduado em engenharia pela Politécnica do Rio de Janeiro, em 1874 (...) foi autor do Plano de Expansão para a cidade de Soure”. Caso se comprove esta afirmação, Soure seria a primeira cidade do País a ter um plano urbanístico. Apesar de ser questionável utilizar esta expressão, o Estado ter despendido recursos para reorganizar o espaço da cidade demonstra a importância econômica e até mesmo política da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão do processo de formação da cidade de Soure é compreendida através de construções históricas relatadas em diversos documentos publicados, a partir do surgimento da aldeia de Menino de Deus e sua evolução de Vila de Soure para cidade ribeirinha.

Este processo proporciona compreender as características peculiares da formação socioespacial de Soure e sua importância. A análise singular da cidade permitiu identificar a identidade do espaço urbano, assim como a sua configuração territorial ao longo da história como uma cidade ribeirinha. Os diversos relatos da cidade em jornais da época que demonstram que Soure não era conhecida apenas pelas suas belas praias e climas agradáveis, mas também por ser conhecida na época como uma vila destinada ao repouso, restabelecimento da saúde e tratamento médico.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem às agências fomento à pesquisa CAPES, pela bolsa de mestrado, CNPq, pela bolsa de produtividade (processo nº 309924/2020-0) e FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo projeto de pesquisa (processo 2016/25979-8), sem as quais a realização desta pesquisa seria inviável.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Org.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.

ABREU, Mauricio A. “Le Rio de Janeiro du début du dix-neuvième siècle et ses diferentes temporalités”. In *Bulletin de l’ Association de Géographes Français*, 73. Paris, 1996, pp. 30-38.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I*, vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97.

AMORIM, Maria Adelina. *Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará. Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005. 362 p.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1964. Disponível em: http://pos.unifacef.com.br/_livros/Vanguarda_Conhecimento/Artigos/Rachel_Wrege_2.pdf < Acessado em: 15 abr. 2022.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará por Antonio Ladislau Monteiro Baena, Cavalleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz, Mogo Fidalgo da Casa Imperial, Sargento-Mor de Artilharia, mitigo Professor da Aula Militar da sobredad Provincia, e Socio Correspondente do Instituto Historico e Geografico do Brasil*. Para: Typographia de Santos & menor, 1839.

BARBOSA, M. J. S. (Pará) (Org.). *Relatório Analítico do Território do Marajó*. Belém: UFPA, 2012.

BECKER, B. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

CARVALHO JÚNIOR, Roberto Zahluth de. *ESPÍRITOS INQUIETOS E ORGULHOSOS - Os Frades Capuchos na Amazônia Joanina (1706-1751)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

CAIRUS, HF. Ares, águas e lugares. In: CAIRUS, HF., and RIBEIRO JR., WA. *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. *História e Saúde collection*, pp. 91-129. ISBN 978-85-7541-375-3.

D’AZEVEDO, João Lucio. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1901.

FACHIN, Patrícia. *As missões na Amazônia*. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, ed 348. 2010. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3614-jose-alves-de-souza-jr>>. Acessado em: 15 de abril de 2022.

FERREIRA, A. R. 1783. *Notícia histórica da Ilha de Joannes ou Marajó*. In: MIRANDA, M. J. Alexandre Rodrigues Ferreira. *Rev. Livro*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 26, p. 47-64.

FERREIRA PENNA, D. S. *A ilha de Marajó. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa da Sá e Benevides*. Belém: Tipographia do Diário Grão-Pará. In: *Diário de Belém*, 13 de fevereiro de 1876 – Edição 35.

GLIELMO, Gustavo Ferreira. *O projeto português para a Amazônia e a Companhia de Jesus (1751-1759) – Reflexos do confronto entre absolutismo ilustrado e poder religioso na América Equinocial*. 2010. 238 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em:

<<https://1library.co/document/qv85wx0z-portugues-amazonia-companhia-confronto-absolutismo-religioso-america-equinocial.html>>.

IBÁÑEZ-BONILLO, P. Aruás nos primeiros tempos do Diretório: fronteira, trabalho e poder na desembocadura do Amazonas (1757-1767): Frontera, Trabajo y Poder en la desembocadura del Amazonas (1757-1767). Revista de História, [S. l.], n. 178, p. 1-33, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.151893.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JORNAL DE COIMBRA. Diário das visitas pastoraes do Exmo D.Fr.Caetano Brandão no seu bispado do Pará. Vol. 4, nº 18 (junho, 1813).

MACHADO, Lia Osorio. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. Cadernos IPPUR: Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, Nº 1, 1999, p. 109-138

MELO, C. N. de; SANTOS, E. C. S. A história local ensinada na E.R.C. instituto Stella Maris, em Soure-PA (1973-1985). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 19, p. e019057, 2019. DOI: 10.20396/rho.v19i0.8655635. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655635>. Acessado em: 13 abr. 2022.

MOREIRA PINTO, Alfredo. Apontamentos para o Dicionario Geographico do Brazil. P-Z. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. 984 p.

MUMFORD, Lewis. La Cultura de las Ciudades. Buenos Aires, Emece, 1945 (orig. 1938).

PARÁ. 1901-1909 (Augusto Montenegro). Álbum do Estado do Pará: oito annos de governo. Paris: Chaponet, 1908. 434 p.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo. São Paulo: Hucitec, 1994.

VIDAL, M. C.; MALCHER, M. A. Sesmarias. Belém: ITERPA, 2009. 120p. Disponível em: <<http://www.iterpa.pa.gov.br/SiteIterpa/Publicacoes.jsf>>. Acessado em: abril de 2022.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In: FERNANDES, A.; GOMES, Marco Aurélio A.F. Cidade & História. Salvador: ANPUR, 1992. pp. 27-29.

TAVARES, Maria Goretti da C. Genealogia e dinâmica na malha no Pará. Tese intitulado “O município no Pará: a Dinâmica Territorial Municipal do Município de São João do Araguaia – Pós-Graduação em Geografia/UFRJ, 1992.

VASCONCELOS, P. de A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. GeoTextos, [S. l.], v. 5, n. 2, 2010. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v5i2.3791. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3791>. Acessado em: 14 abr. 2022.

VASCONCELOS, P.A. Os agentes modeladores das cidades coloniais. In: SOUZA, Luciene Pessotti de; RIBEIRO, Nelson Pôrto (orgs.). Urbanismo colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: CTRL C, 2009. 240 p.

VENTURA NETO, R. da S.; MOURA, B. M. Gênese da mercantilização da terra urbana no Pará e os planos de expansão da malha urbana para as cidades de Santarém, Macapá e Cametá. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), [S. l.], v. 19, p. 1-19, 2021. DOI: 10.11606/1984-4506.risco.2021.162300. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/162300>>. Acessado em: 26 abr. 2022.

VICENTINI, Yara. Cidade e História na Amazônia. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

Jornais

DIÁRIO DE BELÉM. Villa de Soure. ano 1884, nº 00269, pág. 2.

O LIBERAL DO PARÁ. Concedeu-se. Ano 1878, nº 00018, pág. 1.

JORNAL DO PARÁ. Portarias. Ano 1868, nº 00271, pág. 1

CORREIO PARAENSE: DIÁRIO NOTICIOSO. Fallecimento. Ano 1892, nº 00073, pág. 2.

DIÁRIO DE BELÉM. Factos da rua. Ano 1884, nº 242, pág. 3.

O LIBERAL DO PARÁ. Hotel Sourense. Ano 1885, nº 170, pág. 2

DIÁRIO DE BELÉM. Soure. Ano 1886, nº 189, página 4

DIARIO DE BELEM. A Villa de Soure. 13 de dezembro de 1885, nº 282, p. 3

JORNAL DE COIMBRA. Jornal de Coimbra / red. José Feliciano de Castilho... [et al.]. – Vol. 1, nº 1 (Jan. 1812) – vol. 16, nº 89 (1820). – Coimbra: Coimbra, 1812. [s.n.], 1812-1820 (Lisboa: Tipografia Régia). – 12 cm.